



COMUNICADO | Nº 6/2016 | **A TODOS OS TRABALHADORES** | 20/04/2016

REUNIÃO COM A SRA. DIRETORA GERAL DA AT

Dia 18 do corrente mês, entre as 19 e as 21 horas, a Direção Nacional do STI reuniu com a Senhora Diretora Geral, tendo sido tratados os seguintes assuntos, dos quais realçamos:

ESTATUTO DE CARREIRAS

Sendo a revisão de carreiras um aspecto basilar das reivindicações dos profissionais da AT, confrontámos a Senhora DG com o projeto existente na AT e que estava referenciado no Plano de Atividades de 2014. Apesar de ter confirmado a sua existência, referiu que tal projeto tinha sido elaborado de acordo com as orientações da equipa política da altura, encontrando-se desajustado da realidade atual, pelo que terá que ser iniciado um novo processo, a ser negociado com os sindicatos.

INSPECTORES TRIBUTÁRIOS ESTAGIÁRIOS

Transmitimos insatisfação generalizada que os ITE têm vindo a demonstrar face à demora na marcação da data do exame final do estágio, tendo a Senhora Diretora informado que estão a ser efetuadas todas as diligências para que a última prova de estágio aconteça até final do mês de Junho. Contudo, não foi dada nenhuma garantia de que tal venha a acontecer. Mais referiu que a Direção Geral não vai ministrar mais formação, além da que já estava programada.

Tendo o STI apresentado uma proposta para retirar o carácter eliminatória da última prova de avaliação do estágio, foi-nos comunicado que, apesar da AT concordar com essa pretensão, existem constrangimentos legais que a podem inviabilizar.

AVALIAÇÃO PERMANENTE

O STI tem defendido a reativação imediata da avaliação permanente, tendo como objetivo possibilitar aos trabalhadores a progressão imediata na carreira, assim que houver um descongelamento das mesmas. A Senhora Diretora Geral afirmou que apesar de não ser possível, por razões orçamentais, aumentar os custos com salários, existe a intenção de avançar com este procedimento até ao fim do ano.

HORÁRIO DE TRABALHO

Trata-se de uma matéria que combatemos desde o início, tendo por diversas vezes demonstrado – através da plataforma sindical em que participamos nas negociações com a Secretaria de Estado da Administração e Emprego Público (SEAEP) -, que o aumento do horário de trabalho não só não aumentou a produtividade nos serviços, como prejudicou seriamente a vida familiar e o direito ao tempo livre dos trabalhadores. Aguardamos, pois, com expectativa que a SEAEP autorize a reposição do regime de horário de trabalho semanal de 35 horas no dia 1 de Julho, conforme anunciado aos sindicatos. Da parte da AT, a Diretora Geral confirmou que não existem quaisquer entraves para que tal se concretize.

CÓDIGO ADUANEIRO DA UNIÃO EUROPEIA (CAU)

Tendo em conta a entrada em vigor do CAU, a sua relevância para o trabalho desenvolvido nas alfândegas, a complexidade desse instrumento legal, assim como as preocupações que, ao nível da falta de formação, nos foram transmitidas pelos colegas, alertamos a Diretora Geral para a necessidade de alargar as ações de formação a mais trabalhadores. Sobre esta matéria referiu que já foram realizadas ações de formação a nível central e que agora essas ações passarão a ser realizadas a nível local, de forma a abranger todos os trabalhadores que delas necessitem.

FARDAMENTO (PESSOAL DAS ALFÂNDEGAS)

Sendo esta uma questão relevante, quer para os colegas das alfândegas, que não vêem renovado o seu fardamento há vários anos, quer para a imagem externa da AT e do país, questionamos a Diretora Geral sobre esta matéria, chamando a atenção para a necessidade de renovar o fardamento que, na maioria dos casos, já não se encontra em condições de uso. Em sequência fomos informados de que, uma vez que não existem novas fardas, cuja aprovação depende da existência de um novo regime de carreiras, já estão disponíveis novas peças de vestuário, para substituir as que atualmente se encontram degradadas ou que já não servem, podendo estas ser solicitadas através dos dirigentes de cada alfândega.

FECHO DE SERVIÇOS

Face aos rumores de que iriam encerrar Serviços de Finanças, questionámos a Diretora Geral sobre este assunto, tendo-nos a mesma transmitido que não há qualquer previsão para fechar serviços, mas sim para proceder à fusão de alguns serviços em concelhos onde exista mais do que um. Mais nos informou de que esta racionalização, a ser feita, teria que ter o acordo das autarquias locais.

STI – TÃO FORTE QUANTO TU QUISERES!

Saudações Sindicais

A Direção Nacional.